

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA**  
**Rua Garibaldi, 644 em**  
**Vicente Dutra/RS**  
**CEP: 97.617-883/0001-79**  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2024  
Município de VICENTEDUTRA-RS  
Tipo de julgamento: Maior Lance  
Modo de disputa: aberto

*Contratação de empresa para a concessão  
do Ginásio Municipal Emílio Caetano  
Pastório, localizado na Av. Correa Lima na  
cidade de Vicente Dutra/RS.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VICENTE DUTRA**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 15/2024, descrito no item 01 (objeto), processando-se essa licitação através do site [www.compraspublicas.com.br](http://www.compraspublicas.com.br). A sessão pública será realizada no dia **15 de agosto de 2024** às 8hh00min, horário de Brasília - DF, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

**1 –DO OBJETO:**

1.1 Constitui objeto da presente licitação a concessão do Ginásio Municipal Emílio Caetano Pastório, localizado na Av. Correa Lima na cidade de Vicente Dutra/RS. As especificações seguem de acordo com as descrições constantes no Termo de Referência que compõe o Anexo I do presente Edital.

**2- DA PARTICIPAÇÃO:**

2.1. Poderão participar desta licitação empresas que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, observado o que segue:

- a) É vedada a participação de interessados que já possuem a concessão/cessão de uso de outro bem público, bem como, de seus respectivos cônjuges, se houver.

**2.2. É vedada a participação de empresa:**

2.2.1. Em processo de falência ou de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2. Empresas que estejam constituídas em consórcios;

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA**  
**Rua Garibaldi, 644 em**  
**Vicente Dutra/RS**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

2.2.3. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública;

2.2.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

2.2.5. Incorrerem outros impedimentos previstos em Lei.

2.3. Condições para participação das empresas beneficiadas:

Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site [www.portalcompraspublicas.com.br](http://www.portalcompraspublicas.com.br), até as **7h50min do dia 15/08/2024**.

2.3.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

2.3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007, e para microempreendedor individual–MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº123 de 2006 e suas alterações.

### **3-DAREPRESENTAÇÃOEDOCREDENCIAMENTO:**

3.1. Para participar do pregão o licitante deverá se credenciar no Sistema “Pregão Eletrônico” através do site [www.portalcompraspublicas.com.br](http://www.portalcompraspublicas.com.br). O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. As instruções para cadastro estão contidas no site.

3.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Vicente Dutra/RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### **4 –ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

4.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, valor unitário e valor total, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 2.

4.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

4.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.5. As propostas deverão ser elaboradas obedecendo aos valores mensais mínimos estabelecidos pelo Município, para a corresponde exploração econômica, conforme abaixo determinado.**

4.6. Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

- a) Razão social da empresa;
- b) descrição do objeto da licitação em conformidade com as especificações deste edital.
- c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

#### **5-ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO:**

5.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

## **6 –DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:**

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o disposto no Edital.

6.2. Somente poderá participar da rodada de lances, a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços.

6.3. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

6.4. Será considerada aceitável a proposta que:

a) Atenda a todos os termos deste Edital;

b) Contenha preço compatível com os praticados no mercado.

6.4.1. Constatada a existência de proposta(s) inexequível(eis) o Pregoeiro excluirá o Licitante da etapa de lances.

6.5. Aberta a etapa competitiva, os Licitantes poderão encaminhar lance, exclusivamente, por meio do provedor eletrônico.

6.6. Os Licitantes poderão, durante o horário fixado para recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores superiores ao último lance registrado no sistema. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 3,00% (três por cento).

6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo provedor.

6.8. Durante a sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do MAIOR lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes sendo vedada a identificação do detentor do lance, conforme item 6.3 acima.

6.9. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.1. A sessão pública do Pregão só estará concluída depois de declarados os vencedores em cada item do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos Licitantes manterem-se conectados ao sistema até o final desta etapa.

6.10. Caso haja desconexão do sistema para o Pregoeiro, na etapa de lances, e o sistema permanecer acessível aos Licitantes para recepção dos lances, quando possível a retomada do certame pelo Pregoeiro os atos até então praticados serão considerados válidos.

6.11. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

6.12. O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca

da aceitação do lance de maior valor.

6.13. Definidos os vencedores de cada item, estes deverão encaminhar a documentação de habilitação e proposta, nas formas e nos **prazos estabelecidos no item 8.**

## **7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

7.1. Após a fase de lances o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

7.2. Na hipótese da proposta ou do lance de MAIOR valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.3 As propostas que não obedecerem ao valor mínimo estabelecido pelo Município de Vicente Dutra, estarão automaticamente desclassificadas no processo licitatório.

## **8 – DO SERVIÇO DA EXPLORAÇÃO:**

8.1. Os cessionários deverão explorar os Serviços econômicos do ginásio municipal, praticando preços compatíveis para os produtos comercializados de acordo com os demais praticados na cidade de Vicente Dutra – RS.

**É vedada a prática de jogos de azar nos locais da instalação.**

## **9 - DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES EM RELAÇÃO AOS BENS:**

### **Exploração econômica do Ginásio Municipal de Esportes Emílio Caetano Pastório:**

- a) Zelar pela higiene e limpeza de todas as dependências internas e externas do ginásio, objeto do presente contrato;
- b) Manter durante o período de vigência do presente contrato, compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- c) Manter ordem, disciplina no funcionamento das atividades realizadas no respectivo estabelecimento.
- d) Zelar pela preservação e conservação do patrimônio público Municipal, objeto desse pregão;

- e) Manter uma pessoa responsável durante todo o período de funcionamento indicados;
- f) Recolher mensalmente aos cofres públicos municipais o valor ofertado na proposta;
- g) Manter em dia o recolhimento dos encargos sociais;
- h) Equipar a copa e a cozinha de acordo com as necessidades para o bom funcionamento e atendimento do ginásio;
- i) Aceitar qualquer instrução ou ordem com referência ao funcionamento dos estabelecimentos emanadas da Prefeitura Municipal;
- j) Atender de forma respeitosa os frequentadores do ginásio e público em geral;
- k) Ceder o ginásio, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar;
- l) No caso da cedência do ginásio para eventos do Município, o concessionário o cederá em boas condições de limpeza e uso, e o Município, após o término do(s) do evento(s) o devolverá também em boas condições de limpeza e uso, ao seu encargo.
- m) No caso da cedência para entidades mediante autorização do município, o concessionário o cederá em boas condições de limpeza e uso, e a entidade, após o término do(s) do evento(s) o devolverá também em boas condições de limpeza e uso, ao seu encargo.

## **10 – DA COMPETÊNCIA AO MUNICÍPIO:**

- 10.1. Fiscalizar as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes vencedores da presente licitação;
- 10.2. Cobrar mensalmente os valores propostos para a exploração dos serviços;
- 10.3. Requisitar os bens, sempre que necessário, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar;
- 10.4. Negar o uso devido aos maus usuários;
- 10.5. Pagar mensalmente as despesas relativas à água e luz consumidas no ginásio municipal.

## **9 – HABILITAÇÃO:**

- 9.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá comprovar sua habilitação através do envio da documentação digitalizada **em um único arquivo (formato PDF) no Portal Compras Públicas.**
- 9.2 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles

que, por sua natureza, não contenham validade. Nas Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de

Negativa que não apresentarem expressa a data de validade será considerado como prazo de vigência 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua emissão.

9.3 Para fins de habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar documentação relativa à:

#### **9.4–Habilitação jurídica:**

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, no caso de microempreendedor individual;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **9.5.Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a fazenda estadual;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão conjunta (Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários)
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (de que não emprega menores de idade), conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02.

#### **9.6. Qualificação Econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de emissão não superior a 60(sessenta) dias da data de apresentação da proposta.

#### **9.7. Declarações e outros documentos:**

a) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública, sob as penalidades cabíveis;

b) Cópia dos documentos dos representantes da empresa.

c) Declaração que manterá o zelo ao bem público de acordo com as especificações do edital.

**9.8. O licitante que não apresentar a documentação exigida será considerado inabilitado estando sujeito às penalidades previstas no presente Edital.**

### **10 IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.**

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão, serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, por meio de formulário eletrônico do site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, por escrito entregues no setor de protocolo desta Prefeitura em horário de expediente e/ou pelo e-mail: [licitacoes@vicentedutra.rs.gov.br](mailto:licitacoes@vicentedutra.rs.gov.br)

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.4 As impugnações interpostas fora dos prazos não serão conhecidas.

10.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

### **11 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.**

11.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada

vencedora.

11.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.

11.3 A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada, depois da adjudicação do(s) item(ns) ao(s) proponente(s) vencedor(es) pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente.

## **12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.**

12.1 Caberá recurso nos casos previstos em lei, devendo a licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, durante a Sessão.

12.1.1 A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

12.1.2 A licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma for aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentação das razões do recurso, por escrito, entregue no setor de protocolo, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, ou enviado para e-mail: [licitacoes@vicentedutra.rs.gov.br](mailto:licitacoes@vicentedutra.rs.gov.br). Ficam os demais desde logo intimados, para conhecimento das razões e apresentar as suas contrarrazões, em igual número de dias. O prazo começa a correr do término do prazo da recorrente.

12.1.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.1.4 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

12.1.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.1.6 A falta desta manifestação por parte da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.1.7 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos

insuscetíveis de aproveitamento.

12.2 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, nos termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### **13 DOS PRAZOS:**

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05(cinco) dias, convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinar o contrato.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido

10.3 de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

### **14 DA ENTREGA:**

14.1 Conforme Termo de Referência anexo deste edital.

14.2 A fiscalização será feita pelo Secretário responsável pela Secretaria Municipal da Saúde a qual esteja vinculada o respectivo empenho (autorização de fornecimento), que exercerá rigoroso controle em relação a qualidade, quantidade e validade dos materiais.

### **15 DO PAGAMENTO:**

15.1 O proponente vencedor posteriormente contratado deverão efetuar os pagamentos mensalmente, sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da exploração dos serviços, mediante pagamento de guia/boleto bancário, emitida pelo setor de arrecadação do Município de Vicente Dutra, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, conforme legislação municipal vigente.

15.1 O pagamento serão concretizados no mês de agosto no País.

15.2 Serão processadas as retenções tributárias municipais, previdências e de imposto de renda nos termos da legislação que regula a matéria.

### **16-DA VIGÊNCIA:**

Conforme Termo de Referência.

### **17-DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO:**

17.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021, será

concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face da superveniência das condições de mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser encaminhado ao Setor de Licitações pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, ou seja, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias-primas, planilha de custos ou de outros documentos julgados necessários, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido.

17.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

17.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice compatível com a correção da inflação do período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **18–DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 18.1.5. fraudar a licitação;
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 18.1.6.1. agirem conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 18.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 18.2.1. advertência;
  - 18.2.2. multa;
  - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 18.3.1. natureza e a gravidade da infração cometida,
  - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto,
  - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes,
  - 18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública,

18.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado...

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e

18.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar

defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

## **19 – DA PUBLICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á a correspondente ata de julgamento e Classificação das propostas, cujo o resumo contendo o resultado classificatório será publicado no site eletrônico do Município no endereço <https://vicentedutra.atende.net/?pg=transparencia>, para ciência dos interessados e efeitos legais.

**19.2.** Homologado pelo Sr. Prefeito Municipal o resultado classificatório, durante o período de vigência e nas condições deste edital, o vencedor será convocado, quando necessário, à celebração do contrato.

**19.3.** Não será permitida a participação de licitantes sob forma de consórcio.

**19.4.** As condições expressas no presente edital e em seus anexos são básicas para o contrato que deles decorrer.

**19.5.** As despesas decorrentes da aquisição de que trata este edital correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal.

**19.6.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Vicente Dutra, setor de licitações, sito na Rua Garibaldi, 644, ou pelo telefone (55) 3737-1125/1133, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

**19.7.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão

encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no setor de licitações.

**19.8.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao que fora fixado.

**19.9. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.**

**19.10.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Prefeitura Municipal de Vicente Dutra, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

**19.11.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**19.12.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

**19.13.** Maiores informações, bem como cópia do Edital poderão ser obtidas pelo Fone: (55) 3737-1125/1133 e através do site do município na internet <https://vicentedutra.atende.net/?pg=transparencia>.

**19.14.** Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**19.15.** Este Edital é composto de:

Edital;

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato.

Vicente Dutra-RS, 24 de julho de 2024.

Tomaz de Aquino Rossato  
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e  
aprovado por esta Assessoria  
Jurídica.

Em \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assessora Jurídica

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 79/2024**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para a concessão do Ginásio Municipal Emílio Caetano Pastório, localizado na Av. Correa Lima na cidade de Vicente Dutra/RS, conforme especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A necessidade de concessão do Ginásio Municipal Emílio Caetano Pastório, localizado na Av. Correa Lima na cidade de Vicente Dutra, para exploração econômica surge da demanda por uma gestão eficiente e sustentável do espaço, visando o pleno aproveitamento das suas instalações. O ginásio, situado em Vicente Dutra, é um importante ponto de encontro para atividades esportivas e comunitárias, mas a sua manutenção e operação requerem uma administração especializada que possa maximizar o seu uso e garantir a sua conservação.

2.2. A concessão do ginásio permitirá que uma empresa privada assuma a responsabilidade pela venda de horários de utilização da quadra de futsal, além da exploração da copa para a comercialização de alimentos e bebidas. Essa medida visa não apenas gerar receitas para a manutenção do espaço, mas também proporcionar à comunidade um ambiente mais dinâmico e funcional, onde as pessoas possam se reunir para praticar esportes e socializar.

2.3. A necessidade dessa concessão é reforçada pela capacidade limitada do município em gerir diretamente todas as atividades e pela oportunidade de envolver a iniciativa privada em uma parceria que traga benefícios mútuos. Com a concessão, espera-se garantir a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos no ginásio, além de assegurar a limpeza, a segurança e a ordem nas suas dependências. A administração municipal poderá, assim, focar em outras áreas prioritárias, enquanto o ginásio é administrado de maneira eficiente e profissional, servindo melhor à população de Vicente Dutra.

2.4 Tudo em conformidade com a Lei Federal 14.133/21;

2.5. Justificativa mais ampla de acordo com o Estudo Técnico Preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1.A solução para a gestão do Ginásio Municipal Emílio Caetano Pastório, localizado na Av. Correa Lima em Vicente Dutra, envolve a concessão do espaço para exploração econômica por uma empresa privada, com o objetivo de otimizar a utilização do ginásio, garantir a manutenção

adequada e proporcionar serviços de qualidade para a comunidade. Esta concessão abrange uma série de responsabilidades e direitos tanto para a empresa concessionária quanto para o município, garantindo uma operação eficiente e sustentável.

3.2 A concessão do ginásio será formalizada através de um contrato que detalha as obrigações da empresa concessionária. Entre as principais responsabilidades, a empresa deverá realizar a venda de horários para a utilização da quadra de futsal, garantindo a disponibilidade do espaço para os usuários conforme o regulamento estabelecido. A empresa deverá seguir as diretrizes do Decreto Municipal regente quanto aos valores máximos permitidos para a locação dos horários, assegurando que os preços praticados sejam acessíveis para a comunidade local.

3.3. Além da gestão dos horários da quadra, a empresa concessionária será responsável pela exploração da copa e cozinha do ginásio, onde poderá comercializar alimentos e bebidas. Para tal, a empresa deverá equipar adequadamente esses espaços, fornecendo todos os utensílios e equipamentos necessários para um atendimento de qualidade. A gestão da copa e cozinha deverá seguir todas as normas de higiene e segurança alimentar, proporcionando um ambiente seguro e saudável para os frequentadores do ginásio.

3.4. Uma das principais obrigações da empresa será a manutenção da limpeza e ordem de todas as dependências do ginásio, tanto internas quanto externas. Isso inclui a responsabilidade de zelar pela higiene dos vestiários, banheiros, quadra, arquibancadas e áreas de convivência. A empresa deverá garantir que todas as instalações estejam sempre em condições adequadas de uso, realizando limpezas regulares e tendo contato direto com a Administração para a preservação do patrimônio público e outras manutenções em gerais, exceto, aqueles danos causados pelo próprio concessionário, que deverá arcar com a manutenção para pleno funcionamento de todas as áreas do Ginásio.

3.5. O contrato de concessão também estipula que a empresa concessionária deve manter uma pessoa responsável presente durante todo o período de funcionamento do ginásio, assegurando que haja um ponto de contato para qualquer necessidade ou eventualidade. Esta pessoa será responsável por manter a ordem, disciplina e bom funcionamento das atividades, além de zelar pela segurança e bem-estar dos usuários do ginásio.

3.6. A empresa concessionária deverá aceitar e cumprir todas as instruções e ordens emanadas pela Prefeitura Municipal, relacionadas ao funcionamento do ginásio. Isso inclui a obrigatoriedade de ceder o ginásio, mediante requisição prévia de no mínimo dois dias, para utilização pelo município ou por entidades autorizadas. Nestes casos, o ginásio deve ser cedido em perfeitas condições de limpeza e uso, sendo devolvido pelo município nas mesmas condições.

3.7. Adicionalmente, a empresa deve permitir que o município utilize o ginásio para a realização de escolinhas de futsal infantil, em horários previamente indicados. Esta medida visa promover o

esporte e atividades recreativas para as crianças da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social e esportivo dos jovens moradores de Vicente Dutra.

3.8.A Prefeitura Municipal terá a responsabilidade de fiscalizar as atividades desenvolvidas pela empresa concessionária, garantindo que todas as cláusulas contratuais sejam cumpridas. O município também será responsável pelo pagamento das despesas relativas ao consumo de água e luz no ginásio, assegurando que a empresa concessionária possa operar sem impedimentos financeiros relacionados a esses custos.

3.9.Em resumo, a concessão do Ginásio Municipal Emílio Caetano Pastório para exploração econômica por uma empresa privada representa uma solução eficaz e estratégica para garantir a manutenção e utilização eficiente deste importante espaço público. A empresa concessionária assumirá uma série de responsabilidades, desde a venda de horários de quadra até a manutenção geral do ginásio, enquanto o município se beneficiará de uma gestão profissional e dedicada, permitindo a destinação de recursos e esforços para outras áreas prioritárias. Esta parceria visa maximizar os benefícios para a comunidade de Vicente Dutra, promovendo o esporte, lazer e bem-estar de seus cidadãos.

3.10. Solução mais ampla de acordo com o Estudo Técnico Preliminar.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 De acordo com o Estudo Técnico Preliminar da Secretária a empresa contratada deve fornecer os itens a seguir:

- a) O concessionário deve garantir a higiene e limpeza de todas as dependências internas e externas do ginásio, objeto desta concessão pública.
- b) O concessionário deve manter a contabilidade das obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital durante todo o período de vigência do contrato.
- c) O concessionário deve assegurar a ordem e disciplina no funcionamento das atividades realizadas no ginásio.
- d) O concessionário deve zelar pela preservação e conservação do patrimônio público municipal, mantendo o ginásio em boas condições.
- e) As manutenções que por ventura vierem a se mostrarem oriundas de má uso pelo concessionário deverão ser realizadas e custeadas pelo mesmo, ficando a parte da Administração pela manutenção do ginásio e suas dependências internas.

- f)** O concessionário deve manter uma pessoa responsável presente durante todo o período de funcionamento indicado.
- g)** O concessionário deve recolher mensalmente aos cofres públicos municipais o valor ofertado na proposta e manter em dia o recolhimento dos encargos sociais.
- h)** O concessionário deve equipar a copa e a cozinha conforme as necessidades para o bom funcionamento e atendimento do ginásio.
- i)** O concessionário deve aceitar qualquer instrução ou ordem referente ao funcionamento do ginásio emanada pela Prefeitura Municipal.
- j)** O concessionário deve atender de forma respeitosa os frequentadores do ginásio e o público em geral.
- k)** O concessionário deve ceder o ginásio, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar.
- l)** No caso de eventos do Município, o concessionário deve entregar o ginásio em boas condições de limpeza e uso, e o Município deve devolvê-lo nas mesmas condições após o término do evento.
- m)** No caso de cedência para entidades autorizadas pelo Município, a entidade deve devolver o ginásio em boas condições de limpeza e uso após o término do evento.
- n)** O concessionário deve assegurar que não haja a prática de jogos de azar nas instalações do ginásio.
- o)** A empresa deve estar ciente que a Administração Pública poderá:
  - a. Fiscalizar as atividades desenvolvidas no ginásio e o cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário.
  - b. A administração pública deve cobrar mensalmente os valores referentes à exploração dos serviços prestados pelo concessionário.
  - c. A administração pública deve requisitar o ginásio sempre que necessário, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar.
  - d. A administração pública deve negar o uso do ginásio aos maus usuários que não cumprirem as regras estabelecidas.
  - e. A administração pública deve pagar mensalmente as despesas relativas à água e luz consumidas no ginásio.

## **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da administração nos prazos legais.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **7. DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO**

7.1. O proponente vencedor posteriormente contratado deverão efetuar os pagamentos mensalmente, sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da exploração dos serviços, mediante pagamento de guia/boleto bancário, emitida pelo setor de arrecadação do Município de Vicente Dutra, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, conforme legislação municipal vigente.

## **8. DO REAJUSTE/DO REEQUILÍBRIO**

8.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face da superveniência das

condições de mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser encaminhado ao Setor de Licitações pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, ou seja, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias-primas, planilha de custos ou de outros documentos julgados necessários, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido.

8.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.3 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice compatível com a correção da inflação do período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8. 7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE.

### **9.2.Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública, sob as penalidades cabíveis;

- b) Cópia dos documentos dos representantes da empresa.
- c) Declaração que manterá o zelo ao bem público de acordo com as especificações do edital.

### **9.3.Habilitação jurídica:**

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, no caso de microempreendedor individual;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **9.4.Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a fazenda estadual;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão conjunta (Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários)
- f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

### **9.5. Qualificação Econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor arrecadado pela contratação será de R\$451,67 (quatrocentos e cinquenta e um reais com sessenta e sete reais) mensais, sendo que pelo período de 12 meses equivalerá o valor total de R\$5.420,04 (cinco mil quatrocentos e vinte com quatro centavos).

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 Está contratação seria de acordo com o maior lance, então a empresa se responsabiliza em repassar o valor da concessão ao Município.

Vicente Dutra/RS, 16 de julho de 2024.

Caluani Pereira  
Setor de Licitações e Contratos

ANEXO III –MINUTA DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO<sub>xx</sub>/2024

# CONTRATO DE CONCESSÃO DE BEM PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ECÔNOMICO

Que realizam, o **MUNICÍPIO DE VICENTE DUTRA**, Estado do Rio Grande do Sul, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 87.612.883/0001-79, com Sede Administrativa Rua Garibaldi, nº 644, centro, na cidade de Vicente Dutra – RS, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **TOMAZ DE AQUINO ROSSATO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Vicente Dutra-RS, portador do CPF sob nº 279.235.410-00 doravante denominado de **CONCEDENTE**, e de outro lado **FULANO DE TAL**, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado de **CONCESSIONÁRIO** de comum acordo e amparado na Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, **DECLARAM** pelo presente instrumento o ename o melhor formado de direito, ter justo e contratado entre si, a concessão dos serviços de exploração econômica do Ginásio Municipal de Esportes Emílio Caetano Pastório ambos localizados no perímetro urbano do município de Vicente Dutra, nos termos constantes nas cláusulas e condições conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste na concessão de bem público ao CONCESSIONÁRIO acima nominado, conforme segue:

Concessão de Bem Público compreendendo a exploração econômica do Ginásio Municipal de Esportes Emílio Caetano Pastório localizado na Av. Correa Lima na cidade de Vicente Dutra – RS, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a exclusivo critério da Administração pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA CONCESSÃO:** A concessão, objeto deste Contrato será pelo período disciplinado no objeto do contrato, constante na clausula anterior, a contar da data da presente assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA CONCESSÃO:** O concessionário para a exploração dos serviços, objetos da cláusula primeira deste contrato, obriga-se a pagar mensalmente ao Município de Vicente Dutra, o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXX).

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:** O proponente vencedor e posteriormente contratado deverá efetuar os pagamentos mensalmente, sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente a cada prestação dos serviços, mediante pagamento de guia/boleto bancário, emitida pelo setor de arrecadação do Município de Vicente Dutra, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, conforme legislação municipal vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:** O valor mensal para a exploração dos serviços, objetodestaConcessão,seráreajustadoanualmente pelo IGPMou outro índice oficial que venha a substituí-lo sempre na data do aniversário do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO QUE COMPETE AO CONCESSIONÁRIO:**

6.1 - O cessionário deverá explorar os Serviços econômicos neste documento disciplinado, praticando preços compatíveis para os produtos comercializados de acordo com os demais praticados na cidade de Vicente Dutra – RS.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO:**

### **Exploração econômica do Ginásio Municipal de Esportes Emílio Caetano Pastório:**

- a) Zelar pela higiene e limpeza de todas as dependências internas e externas do bem, objeto desta concorrência pública;
- b) Manter durante o período de vigência do presente contrato, compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- c) Manter ordem, disciplina no funcionamento das atividades realizadas no respectivo estabelecimento.
- d) Zelar pela preservação e conservação do patrimônio público Municipal, objeto dessa concorrência;
- e) Manter uma pessoa responsável durante todo o período de funcionamento indicados;
- f) Recolher mensalmente aos cofres públicos municipais o valor ofertado na proposta;
- g) Manter em dia o recolhimento dos encargos sociais;
- h) Equipar a copa e a cozinha de acordo com as necessidades para o bom funcionamento e atendimento do ginásio;
- i) Aceitar qualquer instrução ou ordem com referência ao funcionamento dos estabelecimentos emanadas da Prefeitura Municipal;
- j) Atender de forma respeitosa aos frequentadores do ginásio e público em geral;
- k) Ceder o ginásio, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar;
- l) No caso da cedência do ginásio para eventos do Município, o concessionário cederá em boas condições de limpeza e uso, e o Município, após o término do(s) do evento(s) o devolverá também em boas condições de limpeza e uso, ao seu encargo.
- m) No caso da cedência para entidades mediante autorização do município, o concessionário o cederá em boas condições de limpeza e uso, e a entidade, após o término do(s) do evento(s) o devolverá também em boas condições de limpeza e uso, ao seu encargo.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA COMPETÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTE DUTRA:**

- a) Fiscalizar as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário;
- b) Cobrar mensalmente os valores referentes à exploração dos serviços;
- c) Requisitar o bem, sempre que necessário, mediante requisição prévia de no mínimo 02 dias, para utilização pelo Município ou por entidade a quem este autorizar;
- d) Negar o uso do bem aos maus usuários;
- e) Pagar mensalmente as despesas relativas à água e luz consumidas no bem.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 8.1.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 8.1.2. Salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a atada de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. fraudar a licitação;

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. agirem conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. apresentarem amostras falsificadas ou deterioradas;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar e

8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida,

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto,

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes,

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública,

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.2, 8.1.2 e 8.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado...

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação das sanções a multa será facultada ao interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 quando não se justificara imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e

8.8.1. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

I - O CONCESSIONÁRIO será responsabilizado por qualquer prejuízo que cause ao patrimônio público mediante o pagamento do total das despesas que resultar.

II - A realização de eventos nas dependências do bem, somente poderá ocorrer mediante autorização da Administração Municipal, que analisará a viabilidade de cada evento. Em caso de danos ao patrimônio público nas dependências do bem, porventura ocorridos em decorrência dos eventos, o ressarcimento fica a cargo dos concessionários..

III - A fiscalização dos serviços prestados, objeto deste contrato, ficará a cargo do Município, através da Secretaria do Turismo.

IV - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, com empregados, propostos ou terceiros, que o CONCESSIONÁRIO, utilizar para a realização do objeto deste contrato.

V - Nenhumam modificação poderá ser introduzida no presente instrumento, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais.

VI - Os casos de alteração ou rescisão contratuais são os constantes da Lei Federal nº 8.666/93.

VII - Os casos omissos a este contrato serão tratados de acordo com o estabelecimento na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO**

**CONTRATO:** O CONTRATANTE exercerá o acompanhamento e a fiscalização do presente

contrato através do Senhor XXXXXXXXXXXXXXXX, servidor municipal, como gestor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no presente contrato, sem o consentimento prévio, do município, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:** O Município se reserva o direito de rescindir o presente contrato, unilateralmente, a qualquer momento, por razões de interesse público ou pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização pelo concessionário.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-DO FORO:** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente contrato, que não possam ser dirimidos pela via Administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen/RS, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente.

E por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias sem originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Vicente Dutra/RS, xx de xxxxxxxxxxxx de 2022.

\_\_\_\_\_  
**TOMAZ DE AQUINO ROSSATO**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Concessionário

Testemunhas: \_\_\_\_\_

De acordo  
Assessoria Jurídica